

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 10/04/2015 - Edição 1252

Com união, vigilantes de transporte de valores avançam nas negociações

A parceria e unidade entre os trabalhadores de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte pode conquistar vitórias históricas para a categoria



3.5) A jornada de trabalho será de 44 horas semanais;
3.6) As horas não compensadas serão pagas como extras;

Fim do banco de horas foi uma das conquistas alcançadas com a unidade na luta dos vigilantes de transporte de valores

Com união e mobilização os vigilantes de transporte de valores de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte conquistaram, entre outros avanços, o fim do banco de horas. A vitória veio na quinta-feira (9), em reunião de negociação histórica entre dirigentes sindicais dos quatro Estados e os patrões na Superintendência Regional do Trabalho de Pernambuco. Os itens ainda precisam ser aprovados em assembleia.

Com a unificação da luta pela garantia dos direitos trabalhistas, os vigilantes dos quatro estados arrancaram o reajuste salarial de 10% para todos os trabalhadores

e, em Pernambuco e Alagoas, reajuste de 11% para os vigilantes que fazem escolta. Para o vale-alimentação, que também estava na pauta de reivindicação da categoria em todos os estados, a proposta de reajuste foi de 12,5%.

Motivo de insatisfação geral dos vigilantes de transporte de valores, que chegam a trabalhar 15 horas diárias, a jornada de trabalho também sofrerá modificações. Caso os trabalhadores aprove a proposta em assembleia, ficará estabelecido:

- compensação do excesso da jornada no prazo de 30 dias;
- a empresa deverá divulgar as

escalas de serviço previamente;

- escalas de 12x36 (doze horas de trabalho por trinta e seis de repouso), 6x1 (seis dias de trabalho por um dia de repouso) e 5x2 (cinco dias de trabalho por dois dias de repouso);
- jornada de trabalho de 44 horas semanais e
- horas não compensadas serão pagas como extras.

Depois da aprovação da proposta pelos trabalhadores, as empresas terão o prazo de 180 dias para implantar as mudanças.

O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV),

José Boaventura, integrou o grupo de representantes dos trabalhadores e afirmou que esta é uma experiência de negociação conjunta inédita, liderada pela Confederação. Para Boaventura, existe clareza de quem está comprometido com a luta dos vigilantes, legitimada pelos trabalhadores.

“Queremos ampliar a experiência dessa negociação regional para todo o país e chamaremos todos os Sindicatos que tem, de fato, compromisso com os trabalhadores para entrarem nessa luta”, alertou Boaventura.

Para o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas e secretário de transporte de valores da CNTV, José Cícero Ferreira, a negociação foi positiva, tendo em vista que “os trabalhadores vão sair do ‘regime de escravidão’”. Segundo Ferreira, a luta pelo fim do banco de horas, por exemplo, já tem 20 anos. “Essa é uma conquista que, graças ao apoio da CNTV e da Federação dos Trabalhadores Vigilantes do Nordeste (Fives-NE), muda a história dos trabalhadores”, completa.

Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Transporte de Valores do Rio Grande do Norte (SindForte/RN), Tertuliano

Santiago destaca o quanto a união dos trabalhadores é capaz de avançar. “Estamos iniciando uma longa jornada de vitórias e conquistas para os vigilantes de transporte de valores. Hoje vemos como é importante somar forças e se mobilizar”, afirma Santiago.

De acordo com a assessora jurídica do Sindicato de Transporte de Valores da Paraíba, Dr^a Marília Burity, o avanço em relação ao vale-alimentação foi significativo. “Os vigilantes paraibanos recebem cerca de 180 reais por mês. O aumento de 12,5%, proposto na mesa de negociação, representa um ganho importante”, destaca.

Agora, a luta da entidade da Paraíba se concentra na antecipação da data-base para que haja, de fato, a unificação com os demais trabalhadores de transporte de valores do nordeste.

O presidente do Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco, José Inácio Cassiano de Souza, destacou a importância do fim do banco de horas. “Com a extinção das jornadas exaustivas, os trabalhadores terão uma qualidade de vida muito melhor. Essa é uma vitória para todos os trabalhadores e suas famílias”, conclui.

Aprovação da categoria

Para que as propostas sejam postas em prática, os Sindicatos realizarão assembleias para ouvir os trabalhadores. Se aprovadas, serão encaminhadas para formatação na Superintendência do Trabalho de cada estado.

Em Alagoas e no Rio Grande do Norte, as assembleias serão realizadas nesta sexta-feira, com primeira chamada às 19h30 e segunda chamada às 20h. No sábado, o SindForte/RN organizará uma assembleia em Mossoró, no Estádio Nogueirão, às 19h30. As assembleias de Pernambuco e Paraíba serão realizadas na próxima semana.

Fonte: CNTV



Presidente da CNTV afirma que negociação conjunta pode se estender para âmbito nacional

PT vai ao STF para tentar anular votação do PL 4330 da terceirização



Militantes tomaram o gramado do Congresso Nacional durante ato contra o PL 4330, nesta terça-feira (7). Foto: CUT Brasília

A bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados protocolou, na quarta-feira (8), um mandato de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar barrar e anular a votação do PL 4330 que legaliza a terceirização sem limites.

O documento foi apresentado pelo líder da legenda na Casa, Sibá Machado (AC), e também pelo deputado Alessandro Molon (RJ). De acordo com os parlamentares, a matéria não poderia ter sido apreciada antes da votação da

Medida Provisória 661, que, na tese, travaria a pauta de votações em plenário.

Por isso, a votação realizada na noite de quarta, quando o texto base do projeto foi aprovado, deveria ser declarada ilegal. Todos os parlamentares petistas votaram contra a proposta.

A Constituição Federal determina que a pauta é trancada e as demais deliberações, suspensas, quando houver uma Medida Provisória há mais de 45 dias na Casa sem avaliação.

“O presidente da Casa não pode escolher quando vai respeitar a Constituição e seguir os seus prazos e quando não vai. O regimento interno não pode passar por cima da Constituição Federal”, criticou Molon.

Pela proposta aprovada, os contratos de serviços terceirizados poderão ser feitos tanto para as atividades-meio como nas

atividades-fim. Os representantes do PT na Câmara lamentaram o resultado da votação.

Segundo o líder Sibá, é contrário ao PL 4330 por entender que haverá uma precarização do ambiente de trabalho, redução de salários e outros problemas que configuram, na prática, o sepultamento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

“É um verdadeiro retrocesso, uma volta à era da pré-revolução industrial, com a precarização total dos direitos dos trabalhadores”, criticou.

Entre as regras aprovadas para o serviço terceirizado estão a obrigação de a empresa contratante fazer o recolhimento antecipado de partes dos tributos devidos pela contratada. Para o Imposto de Renda deverão ser recolhidos 1,5% na fonte ou alíquota menor prevista na legislação tributária, 1% da

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), 0,65% do PIS/PASEP, e 3% da Cofins.

O texto também prevê que, quando o contrato de terceirização for entre empresas que pertençam à mesma categoria econômica, os empregados da contratada envolvidos no contrato serão representados pelo mesmo sindicato dos empregados da contratante, observados os respectivos acordos e convenções coletivas da contratada. Além dessas, outras medidas fazem parte do texto.

Na próxima semana, os parlamentares terão que votar outros pontos do projeto. As emendas e destaques ainda podem sofrer modificações. Depois de aprovado na Câmara, a proposta vai para apreciação no Senado.

Fonte: Michelle Chiappa - Agência PT

Guerra contra PL 4330 está longe do final e exige mais mobilização

Apesar da aprovação do texto-base do PL 4330 no plenário da Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira 8, a guerra contra o projeto que legaliza a terceirização sem limites no Congresso Nacional está muito longe do final. A orientação é que se intensifique a mobilização e a pressão sobre os deputados federais, especialmente sobre os que votaram a favor do PL, e jogar todo peso na paralisação da quarta-feira 15.

“Temos que lutar até o fim e ir para a ofensiva. Além de mandar e-mail para seus gabinetes, precisamos denunciar os parlamentares que votaram a favor do texto-base, com as suas fotos e os seus partidos, nas redes sociais, nos jornais das entidades sindicais e junto à população em cada estado do país, mostrando quem está

traindo a classe trabalhadora”, afirma o presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro.

“O que está em jogo é o maior roubo de direitos dos trabalhadores em toda a nossa história, com gravíssimos impactos para todos os trabalhadores, rurais e urbanos, públicos e privados, e por consequente desestrutura toda a organização social vigente. É hora de ampliar a mobilização contra esse projeto e pressionar os deputados que votaram a favor do PL 4330 em suas bases eleitorais nos estados, denunciando a perda que estão impondo aos trabalhadores”, ressalta o secretário de Organização do Ramo Financeiro da Contraf-CUT, Miguel Pereira.

O que aconteceu até agora

O que ocorreu nesta quarta-feira na Câmara foi a votação

do texto-base do PL 4330, cujo teor foi o relatório do deputado Artur Maia (SD-BA), o mesmo apresentado à CCJC em 2013, com algumas alterações:

1. Inclusão da mesma representação sindical, somente caso a empresa contratada seja da mesma categoria econômica, o que é raro acontecer;

2. A necessidade de aviso em 10 dias ao sindicato da categoria principal do processo de terceirização efetuado; e

3. Assegurar que não haja perdas de receitas tributárias com a terceirização, como pediu o governo, garantindo-se a retenção e o repasse direto pelas contratantes dos valores referentes a INSS e FGTS, além de serem recolhidos 1,5% de IR na fonte ou alíquota menor prevista na legislação tributária; 1% da Contribuição Social sobre

o lucro líquido (CSLL), 0,65% do PIS/Pasep e 3% da Cofins.

Os próximos passos

Na próxima terça-feira, dia 14, está prevista a apreciação e votação dos destaques apresentados, que são os pontos mais polêmicos do PL 4330:

1. Impor limites à terceirização no Brasil, alterando o texto original aprovado nesta quarta-feira, que autoriza a terceirização sem nenhuma restrição, inclusive nas atividades-fim das empresas.

2. Garantir direitos iguais entre trabalhadores terceirizados e contratados diretamente,

3. Definir a responsabilidade solidária, pela qual a empresa contratante deve ser responsável por todas as obrigações trabalhistas, tanto quanto a

empresa prestadora de serviços.

4. No caso específico dos bancários, a deputada Érica Kokay (PT-DF) apresentou emenda excluindo do texto qualquer referência aos correspondentes bancários e postais. O PL 4330, mesmo com o conceito de atividade especializada, a pedido dos banqueiros abre a exceção para “legalizar” os correspondentes.

Da Câmara para o Senado

Encerrada essa fase na Câmara, o projeto de lei vai para tramitação no Senado. E caso haja alguma alteração na votação do texto, ele terá de voltar à Câmara, para nova apreciação. Depois disso, segue para sanção presidencial.

“Portanto, ainda há muito

a fazer. Temos de intensificar a mobilização e os debates na sociedade, que não tem a dimensão do tamanho do estrago do PL 4330 nas relações de trabalho e sociais futuras. A Contraf-CUT orienta sindicatos e federações a, junto com as demais categorias, visitarem todos os parlamentares em seus estados de origem, apresentando a verdadeira face da tragédia que seria a aprovação definitiva do projeto, além de colocar faixas nas avenidas como fizemos em 2013”, insiste Miguel Pereira.

Além disso, é fundamental organizar o Dia Nacional de Paralisações, convocado pela CUT para o próximo quarta-feira, dia 15.

Fonte: Contraf-CUT

15 de abril - Dia Nacional de Paralisação

A Direção da CUT parabeniza todos/as os/as dirigentes e militantes dos sindicatos, Federações, Confederações e Estaduais que saíram às ruas, em todo o país, no dia 7 de abril, para protestar junto com a CTB, Intersindical e os movimentos populares contra o Projeto de Lei PL 4330. Em Brasília, a manifestação em frente ao Congresso Nacional enfrentou a repressão e a violência das tropas policiais, requisitadas pelo Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha que impediu o acesso dos/as trabalhadores/as à Casa, provocando ferimentos em vários/as de nossos/as bravos/as companheiros/as.

Sem ouvir nosso apelo, o Congresso retrógrado e dominado pelos interesses dos patrões aprovou na noite do dia 8 de abril, por 324 a 137 votos, o Projeto de Lei 4330 que

retira direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras e ameaça a liberdade e a organização sindical.

Estamos diante de um verdadeiro retrocesso na história das conquistas da classe trabalhadora. Na próxima semana, o projeto será submetido a emendas na Câmara dos Deputados e, posteriormente, encaminhado para o Senado. Em todo esse processo, a CUT intensificará a luta e a pressão no Congresso e nas ruas.

Considerando a gravidade da situação, conclamamos nossas bases para fazer em 15 de abril um Dia Nacional de Paralisação nos locais de trabalho em protesto contra o PL 4330.

Devemos articular a paralisação do dia 15 de abril com as categorias que estão em greve e construir, em todos os Estados, atividades conjuntas

com movimentos populares parceiros, no final da tarde, em defesa dos direitos trabalhistas, da democracia, da reforma política, da democratização dos meios de comunicação, da Petrobrás e contra a corrupção e o retrocesso.

EM DEFESA DOS
DIREITOS DA CLASSE
TRABALHADORA

CONTRA O PL 4330

SOMOS FORTES!
SOMOS CUT!

DIREÇÃO EXECUTIVA DA
CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico: Anibal Bispo
Diagramação: Joanna Alves



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF